

Reestruturação do sistema elétrico não deu prioridade a linhas de transmissão, afirma professor

O Globo

SÃO PAULO - O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro — o total de bens e serviços produzidos no país — caiu cerca de US\$ 10 bilhões no ano passado só devido aos efeitos do racionamento de energia elétrica. A estimativa é do professor Ildo Sauer, da área de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (USP), e leva em conta a retração da produção industrial e, principalmente, o que deixou de ser investido pelos empresários em 2001. Sauer ressalta que o empobrecimento do país poderá ser ainda maior, caso se considere que o governo ainda não eliminou o risco de novos apagões.

— No total, o país pode vir a perder entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões em riquezas até o próximo ano. Ainda vai levar algum tempo até o empresário ter segurança para investir — sustenta o especialista.

Sauer critica o modelo de reestruturação do sistema elétrico adotado pelo governo a partir de 1995. A preocupação maior, segundo ele, foi atrair interessados na privatização das empresas e isso foi feito às custas de aumentos pesados para as tarifas. Desde aquele ano, diz ele, o aumento médio das tarifas chega a 102,4%, sendo que as contas residenciais acumularam reajuste de 131,5%. Ao mesmo tempo, o país deixou de investir na ampliação da capacidade de geração e na construção de linhas de transmissão. Segundo especialistas, o ideal é que os investimentos fossem de, no mínimo, R\$ 10 bilhões por ano.

— O país foi jogado no racionamento e o que o governo propõe agora é a compra emergencial de energia de usinas termelétricas.

O custo desta nova energia é até seis vezes maior do que a produzida pelas hidrelétricas. Uma vez acionadas, as termelétricas vão produzir energia ao preço de R\$ 280 o MW/h, contra R\$ 45 das hidrelétricas e R\$ 120 das termelétricas tradicionais, que fazem uso do gás natural.

Contrária desde o início ao racionamento, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) diz agora que o governo agiu de forma política ao determinar o fim das metas de corte de energia. Para a entidade, se a decisão se pautasse exclusivamente por fatores técnicos, talvez o racionamento pudesse durar pelo menos mais um mês.

— Seria uma atitude mais preventiva. Ao mandar as chuvas, São Pedro resolveu nosso problema emergencial. Mas o nosso problema estrutural permanece — afirma o diretor do Departamento de Infra-estrutura da Fiesp, Pio Gavazzi.

Aguinaldo Novo, do jornal O Globo